

A GESTÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO UM OLHAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA EEEFM PROFª TEODORA BENTES

ÁUREA SANTOS

Mestranda em Educação da Universidade Federal do Pará -

aureasantos@yahoo.com.br

GABRIEL PAES NETO

Mestrando em Educação da Universidade Federal do Pará -

gabrieledfisica@hotmail.com

Resumo: Com a redução do papel do Estado e a adoção das políticas neoliberais nas áreas das políticas sociais como a educação, vemos a precariedade da qualidade do ensino público brasileiro. Alguns planos traçados nas últimas décadas procuram sanar tal problema. O mais recente deles o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (2007 até os dias atuais) tem várias metas que tem como objetivo a melhoria da qualidade do ensino na educação básica. Dentre as várias ações selecionamos o Programa Mais Educação (PME), cuja meta é a educação integral, que começou a ser implantada nas escolas públicas brasileiras a partir de 2008. Diante desse cenário, estamos pesquisando a gestão pedagógica e implementação do PME na EEEFM Teodora Bentes escola da rede estadual de ensino público. A pesquisa tem como caminhos metodológicos o enfoque do materialismo histórico-dialético, tendo como técnicas a pesquisa bibliográfica e de campo, e instrumento a entrevistas semi estruturadas que serão realizadas com profissionais da educação que atuam na escola o diretor, o coordenador do programa e o especialista em educação. É relevante em nossa pesquisa contribuir para a academia e escolas sobre a educação integral e o PME.

Palavras-chaves: Política educacional. Programa Mais Educação. Educação integral.

Introdução

Pelo fato da educação ser essencialmente uma política social, não está dissociada das políticas públicas necessárias à manutenção de um Estado que se proponha zelar pelo bem-estar social de sua população, em especial a grande massa populacional que recorre à rede de ensino pública.

Quando falamos que a educação é uma política social inserida nas políticas públicas, devemos antes de tudo compreender o que são políticas públicas. De um modo geral, as definições de políticas públicas assumem uma visão global do tema, numa perspectiva em que o todo é mais importante do que a soma das partes e onde indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa

entre esses fatores. Por isso, uma teoria geral sobre políticas públicas implica na busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. Dessa forma, o conceito que mais se aplica a este estudo é o que define política pública como

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo do curso dessas ações [...]. a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (KIPNIS, 2008, p. 17, grifo do autor).

Ao refletimos sobre as políticas públicas educacionais é necessário repensar o papel do Estado e como este configura as implementações das políticas sociais dentro de uma sociedade de classes. É válido ressaltar que Estado para Lima e Mendes (2006, p.59) apud Gramsci, é a própria sociedade organizada de forma soberana. A sociedade é assim vista como uma organização constituída de instituições complexas, públicas e privadas, articuladas entre si, cujo papel histórico se dá através das lutas e relações de grupos específicos e poderes, que se articulam pela busca da garantia da hegemonia dos seus interesses. Gramsci defende a concepção de "Estado Ampliado" que é a junção de duas esferas a sociedade política (Estado em sentido estrito, Estado coerção) a sociedade civil (Estado ético). Segundo Lima e Mendes (2006, p.59) apud Neto (2000, p.17).

Gramsci explica a concepção "Estado Ampliado", destacando algumas categorias de suma importância para a explicação de seu ideário. A discussão de Sociedade Civil, Hegemonia e Consentimento são centrais em suas idéias. Entender tais categorias significa colocar em pauta o debate sobre cidadania, na medida em que defendemos "a participação política qualificada e o acesso aos bens materiais e culturais historicamente produzidos

As crises do capitalismo historicamente configuradas pela queda da lucratividade, declínio do crescimento econômico, endividamento do Estado, etc, pressionavam por soluções de caráter emergencial. Emergiu, assim, a doutrina neoliberal que propõe medidas drásticas para controlar a crise. O pensamento neoliberal surgiu depois da Segunda Guerra Mundial ocorrida em 1945, como oposição crítica ao pensamento intervencionista (modelo

Keynesiano) adotado e consolidado nas práticas políticas dos governos norte-americano e europeu.

Durante a década de 70 e a crise do colapso do socialismo real, o Estado passa a adotar teses neoliberais como o “Estado mínimo”, desregulamentação, privatização e instauração da liberdade pura do mercado. As propostas neoliberais acabaram sendo inseridas em nossa sociedade gerando em parte aceitação e por outra a não aceitação o que gerou grandes conflitos e protestos.

Assim, a partir da década de 80 ou 90 temos a reforma e reestruturação do Estado no Brasil afetando a administração pública como um todo devido à avassaladora presença das idéias neoliberais influenciando essas reformas, culminando na redução do poder do Estado nas áreas sociais. A política neoliberal ganhou força principalmente nos países latino-americanos onde estes se viram obrigados a aceitar a lógica do mercado cada vez mais excludente que gerou um grande estrago nas condições de emprego consequentemente no mercado de trabalho. Para Bianchetti (1997, p.10)

esta realidade tem sido bastante diversa nos países latino americanos que tem permanecido manietados por formas renovadas de colonialismo e de subserviência aos centros hegemônicos do capitalismo internacional. Entre nós como nos lembra Galeano, conhecemos o Estado de *mal estar social*.

Isso fica visível no âmbito educacional onde as idéias neoliberais influenciaram diversas reformas estruturais, o que reduziu o poder do Estado nesta área social, ou seja, redefinindo o papel intervencionista do Estado na área social. Vemos isso principalmente no ensino público cada vez mais desqualificado devido injustas políticas neoliberais, é o que Barroso (2005) traduz como “neoliberalismo educativo” onde o serviço público acabou se tornando serviço para clientes tudo em nome da eficiência realidade bem visível na área educacional mais precisamente em nossas escolas.

Isto é um dos fatores que culmina na má qualidade do ensino público. Esta constatação se evidencia de diferentes formas, como na realidade da educação básica em especial, mais diretamente no ensino fundamental e,

dentro deste, nos seus anos iniciais. Para Cury (2007, p.14) isso também é reflexo:

de um processo historicamente comprovado, que produziu uma educação seletiva e elitista, excluindo da escola as camadas majoritárias da população. Há ainda a luta incessante dos profissionais do ensino por melhores condições de ensino/aprendizagem e por melhores salários; a pouca afetividade do Plano Nacional de Educação, pelo veto ao financiamento e pela sistemática omissão dos cofres da União na devida complementação aos entes federativos; e a política de descontinuidade administrativa nas políticas educacionais dos governos estaduais e municipais.

No decorrer do processo histórico educacional brasileiro tivemos inúmeros planos como os Planos Decenais. Contudo políticas educacionais marcadas por uma forte descontinuidade levaram nossa sociedade e principalmente educadores à descrença dos mesmos. Presenciamos é que os planos quando concebidos em seus atuais governos não são assumidos por governos posteriores. É o que Gadotti (2008) coloca como descontinuidade administrativa que é reforçado com o descompromisso do regime de colaboração¹. Contraditoriamente este é garantido legalmente na Constituição Federal de 1988 que no Título I- artigo 1º, caput diz que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”.

Percebemos assim que os entes federados deverão atuar via regime de colaboração, todas as políticas públicas que, necessariamente, devem assegurar ao país a sua soberania e a cidadania. Isso fica cada vez mais ratificado no Capítulo III, Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, ainda da Constituição Federal de 1988 no artigo 211, “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. Com a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases, de 20 de dezembro de 1996, esses dispositivos são confirmados ou, em grande parte, legalizados.

A situação se torna mais caótica na visão de Gentili (1996), pois para ele os sistemas educacionais enfrentam, hoje, uma profunda crise de

¹ O regime de colaboração m regime de compartilhamento de responsabilidades na tarefa de educação, o Estado brasileiro abre, à luz do artigo 205, da Constituição Federal, essa idéia de co-responsabilidade para um regime de colaboração com a sociedade, posto determinar que a educação “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de quantidade, universalização e extensão devido à perspectiva neoliberal introduzida nestes sistemas. Ressaltamos que dentro do neoliberalismo foi valorizada a questão de qualidade a qualquer custo, pois “o neoliberalismo formula um conceito específico de qualidade, decorrente das práticas empresariais e transferido, sem mediações, para o campo educacional” (GENTILI, 1996, p.25).

O Estado neoliberal começa a se torna visível na educação brasileira como dito anteriormente a partir da década de 1970, se consolidando em nosso país na década de 90 como um nítido modelo que fortalece e reafirma os interesses do modo de produção capitalista dentro de um contexto denominado globalização. Mediante este contexto, até o final da década de 80, a principal preocupação dos administradores educacionais aliado com a ideologia neoliberal era sobre a expansão das oportunidades de escolarização, ou seja, a expansão dos números de escolas e vagas para universalizar o acesso do ensino fundamental. Sobre a ideologia neoliberal **SILVA** (2006, p.277) apud Ianni (2001) comenta:

Muitos aspectos constituem a ideologia neoliberal, quais sejam: reforma do Estado, desestatização da economia, privatização de empresas produtivas e lucrativas governamentais, aberturas de mercados, redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas, informatização de processos decisórios, produtivo, de comercialização e outros, busca da qualidade total, intensificação da produtividade e da lucratividade da empresa ou corporação nacional e transnacional.

Essa expansão que nem sempre foi acompanhada de medidas que viabilizasse o adequado funcionamento das escolas, teve como resultado a implantação de uma rede de ensino com precárias condições materiais e humanas de funcionamento e sem identidade própria, assim a qualidade de ensino se viu muitas vezes comprometida o que contribui significativamente para má qualidade do ensino brasileiro, o que culminou no precário processo de ensino-aprendizagem por parte dos alunos. Reflexos de um Estado enfraquecido diante da política neoliberal que orientam políticas de acordo com organismos internacionais, que prejudicam as áreas sociais como a educação é o que afirma Santos (2008, p.141):

As orientações dos organismos internacionais se transformam em políticas, que se materializam em reformas: fiscal, educacional, administrativa, econômica. Decorrentes dessas reformas temos a racionalização e o controle do gasto público com o encolhimento do Estado.

É válido ressaltar que essa deficiência na qualidade do ensino público brasileiro também é provocada por inúmeros fatores que vem do chão da escola como escola dotada de menos insumos e equipamentos que contribuam para a melhoria do processo de ensino aprendizagem do aluno; a insatisfação dos pais e alunos referente a gestão escolar que ainda possui diretores escolares livremente indicados pelos poderes públicos estaduais e municipais onde agem de modo descompromissados com a escola e autoritárias, evidenciando forte presença do governo na gestão escolar. Outro problema que transcende gravemente a qualidade do ensino é decorrente da qualificação e motivação dos profissionais da educação², para ministrar as aulas, devido os baixos salários e precárias condições de trabalho.

Contudo, há uma contra corrente que acredita na melhoria do ensino público e que sabe da necessidade de subsídios e instrumentos para se alcançar esta melhoria, conseguindo após isso ofertar ensino de qualidade aos nossos alunos e que estes possam ter consciência de seus direitos sociais.

E nessa busca pela melhoria da qualidade do ensino público, que em 2007 foi criado pelo governo Lula (2002-2010) o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)/MEC. Ao lançar o PDE, o governo federal estabeleceu 28 ações que já avançaram para 41 ações, a serem cumpridas por municípios e estados para melhorar a qualidade da educação básica no país. Este plano aponta múltiplas ações em todos os níveis e modalidades de educação, mais especificamente a Educação Básica, com número maior de ações voltadas para o ensino fundamental. Para Saviani (2008, p.22), “o PDE é a primeira

² Entendemos como profissionais da educação os trabalhadores das escolas que possuem habilitação como profissionais da Educação que são os docentes e demais profissionais do magistério como direção ou administração escolar, planejamento, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica e além deles os funcionários de escola. Isso é reconhecido pela Lei 12.014/09 sancionada no dia 06 de agosto pelo presidente Lula, que modifica o art. 61 da Lei 9394/96 tendo como finalidade discriminar os profissionais da educação, tendo como objetivo incentivar a profissionalização e valorização dos funcionários das escolas, que possuem importante papel na Educação dos alunos.

política pública educacional a encarar a questão da qualidade de ensino como prioridade. Mas ele é só o primeiro passo.”.

Ao mesmo tempo do lançamento do PDE tivemos à promulgação do Decreto nº 6.094, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, foi inspirado nos 200 municípios que apresentaram médias superiores a 5,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O plano também tem base no estudo Aprova Brasil - O Direito de Aprender, desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Este é segundo Saviani (2007), com efeito, o carro-chefe do Plano.

Dentre as várias ações do PDE uma foi escolhida como nosso objeto de estudo a meta que tem como principio a educação integral com a finalidade da universalização da mesma nas escolas públicas brasileiras, que se expressa através da ação que é o Programa Mais Educação (PME) como uma possibilidade para a melhoria da qualidade do ensino. Para Saviani (2007, p.1235) o Programa Mais Educação:

propõe a ampliar o tempo de permanência dos alunos nas escolas, o que implica também a ampliação do espaço escolar para a realização de atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, contando com o apoio dos ministérios da Educação, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social.

Segundo a publicação “Tendências para Educação Integral” (2007, p.12):

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7083/2010 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e organização curricular, na perspectiva da educação integral.

A educação integral na década de 90 aparece como força legal através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN/1996³, que aponta

³ Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

para o aumento progressivo da jornada escolar na direção do regime de tempo integral, procurando valorizar as iniciativas educacionais extra-escolares e a vinculação entre o trabalho escolar e a vida em sociedade. Assim estabelecendo um diálogo ampliado entre escolas e comunidades assim ampliando a dimensão das experiências escolares na vida dos alunos, que poderá ser um dos fatores para a qualificação da educação pública brasileira. Para isso, o PME é suma relevância para o âmbito escolar, pois:

é a conquista efetiva da escolaridade dos estudantes, através da ampliação de experiências educadoras, as práticas realizadas além do horário escolar precisam estar sintonizadas com o currículo e os desafios acadêmicos. Este trabalho tem como objetivo auxiliar na construção de espaços de interseção de tal forma que os conhecimentos escolares tenham condições de trocas com os conhecimentos locais e vice-versa. Espera-se, assim, colaborar para a elaboração de um paradigma de educação integral que reúna diversas áreas, experiências e saberes (Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009).

Diante desse contexto estamos pesquisando a gestão pedagógica do PME no chão da escola EEEFM Teodora Bentes.

O percurso metodológico utilizado nesta pesquisa até o momento foi o levantamento bibliográfico, pesquisa bibliográfica. Posteriormente estaremos realizando a entrevista semi-estruturada com os responsáveis diretamente pelo trabalho desenvolvido pelo PME na unidade escolar, são eles: o diretor da escola, coordenador do programa e o especialista em educação.

2 – O Programa Mais Educação

O PME retoma a temática da educação integral que é a sua essência. E com isso traz o debate entre a educação integral e a escola de tempo integral. O que notamos é que as escolas que se denominam de tempo integral não ofertam o que hoje se entende como Educação Integral, pois apenas realizam extensão de atividades esportivas, artísticas e ou culturais sem relação com o currículo escolar. A educação integral possui uma organização do currículo com o aumento das disciplinas e com a incorporação de novos espaços como: parques recreativos, laboratórios, auditórios, ou seja, a

educação integral retoma as ideias de Anísio Teixeira, e compartilha de seus ideais de que a cultura, as artes e os esportes devem constituir-se como componentes do currículo escolar.

A escola brasileira vive tempos de crise e de mudança em meio à complexidade em que se dinamiza a vida social contemporânea. Mediante a isso é crescente a emergência da educação integral como possibilidade para contribuir com qualidade do ensino público para nosso país, através de uma educação que educará integralmente, pois para Moll (2008, p.11) apud Guará (2006, p.16) que preconize “o desenvolvimento humano como horizonte (...), a necessidade de realização das potencialidades de cada indivíduo para que possa evoluir plenamente com a conjugação de suas capacidades, conectando as diversas dimensões do sujeito (cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, física, biológica)”.

A discussão da educação integral no Brasil tem suas raízes nas propostas de Anísio Texeira na metade do século XX. Seu objetivo é valorizar a integração de saberes, espaços e experimentações. A cidade torna-se um território educador onde o aluno vivenciará outros espaços e campos de conhecimentos. Não há fragmentação do aprendizado podendo ser compartilhados com organizações da sociedade civil e demais serviços públicos que envolvam cultura, esporte e meio ambiente. A busca da educação integral é superar as desigualdades sociais mantidas infelizmente pela cultura escolar.

Além LDBN/1996 como visto anteriormente, temos também como marco legal o Plano Nacional de Educação-PNE (2001-2010) que orientou a educação brasileira neste período já abordava a educação integral em tempo integral não somente para o ensino fundamental, mas para crianças das camadas sociais mais necessitadas, pois tem seus direitos limitados no que tange a educação de tempo integral percebemos com isso aspectos de assistência social e também previa uma jornada escolar no mínimo de sete horas. É válido ressaltar do profundo golpe que este plano sofreu quando sua base de sustentação que é o financiamento houve vetos presidencial, nos indagamos como atingir metas como o educação integral sem recursos. O que

podemos perceber é que tanto a LDBN/1996 e o PNE (2001-2010) são louváveis na implementação da educação em tempo integral, contudo falham quando metas não são definidas e responsabilidades devidamente divididas.

Pensar em educação integral é repensar a escola, instituição responsável pela socialização das gerações mais novas e determinantes na preparação delas para o exercício da cidadania. Com essas incumbências não pode deixar de reconhecer que a sociedade mudou que está mais complexa e infelizmente mais desigual e devido isso está a exigir uma mudança na formação dos jovens. Contudo temos ciência que a escola sozinha não poderá agir nessa mudança, mas exercerá um forte papel neste processo. É necessário o estabelecimento do diálogo ampliado entre escolas e comunidades o que permite tornar abrangente a dimensão das experiências escolares na vida dos alunos. Escola e comunidade precisam estar em sintonia para situações de compartilhamento, de ações e decisões. Não queremos ter os muros da escola como grandes escudos para proteger do mundo lá fora, devemos sim baixá-los e de se abrir para a comunidade; ampliando assim o território de uso e circulação das crianças.

Os alunos precisam estar mais perto de sua comunidade precisam circular pelo bairro, pela cidade e pelos equipamentos e espaços públicos para que possam conhecê-los; ver como as pessoas utilizam-nos, para valorizá-los e construir assim suas identidades de cidadãos e a noção de pertencimento na relação com a sua comunidade.

Para isso, o PME é suma relevância para o âmbito escolar, pois:

é a conquista efetiva da escolaridade dos estudantes, através da ampliação de experiências educadoras, as práticas realizadas além do horário escolar precisam estar sintonizadas com o currículo e os desafios acadêmicos. Este trabalho tem como objetivo auxiliar na construção de espaços de interseção de tal forma que os conhecimentos escolares tenham condições de trocas com os conhecimentos locais e vice-versa. Espera-se, assim, colaborar para a elaboração de um paradigma de educação integral que reúna diversas áreas, experiências e saberes. (Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009).

As escolas precisam refletir sobre seus currículos escolares, principalmente as metodologias utilizadas para o desenvolvimento dos conteúdos e em que espaços serão dados. Determinados locais além da escola possuem grande potencial educativo que podem contribuir para aprendizagem dos alunos, pois esses locais fazem parte da vida social desse grupo e são ricos de significados e valores para serem apreendidos. A educação integral também se desenvolverá em múltiplos espaços e lugares: além do espaço escolar, nas praças, nas ruas, nas bibliotecas, nos clubes, nas universidades, nos museus e nos teatros. Isso permitirá que a educação integral construa um novo currículo escolar, que não somente aumente, mas que qualifique o tempo de permanência das crianças sob responsabilidade da escola. É como afirma Branco (2009, p.37) apud Moll (2008):

entende-se que o tempo qualificado é aquele que mescla atividades educativas diferenciadas e que, ao fazê-lo, contribui para a formação integral do aluno, para a superação da fragmentação e do estreitamento curricular e da lógica educativa demarcada por espaços físicos e tempos delimitados rigidamente. Nesse sentido, entende-se que a extensão do tempo – quantidade – deve ser acompanhada por uma intensidade do tempo – qualidade – nas atividades que constituem a jornada ampliada na instituição escolar. (MOLL, 2008, p 29).

No decorrer histórico da educação brasileira, a educação integral sempre foi proposta como política no Brasil estritamente responsabilidade dos sistemas de ensino. Assim, foram propostas e implementadas, como as escolas-parque (1954) de horário integral desenvolvida por Anísio Teixeira na Bahia, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) (1986) e os Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs) (1990) no governo Collor (1988). Assim desde 2008 o Programa Mais Educação chega às escolas públicas brasileiras trazendo na sua essência a educação integral que permite a o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e que acontece por meio de situações de aprendizagem que oportunizam, simultaneamente, a ampliação de capacidade para a convivência e participação na vida pública; a ampliação de repertórios de competências e habilidades e o acesso e o usufruto aos serviços sociais básicos. No entanto seu desafio é a escolha de

um modo de gestão para promover o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

Assim a educação integral, vista na perspectiva da cidadania das crianças e adolescentes implica também reconhecer que a educação é oportunidade para o aprendizado da convivência democrática, do reconhecimento das diferenças e do exercício da igualdade. Segundo GOUVEIA (2009, p.12) tem como foco pontos antes sem importância para as escolas como

a convivência como fonte de novos modos de pertencimento e valorização das diferenças; a sensibilidade como forma de expressão e também como inerente à condição de aprendizado; a curiosidade como fonte de produção (e não mera reprodução) do conhecimento. Aprender a aprender torna-se um valor.

Verificamos assim que a aprendizagem é relevante na operacionalização da educação integral. O conceito de aprendizagem tem vários significados como condicionamento, aquisição de informação, mudança comportamental, uso do conhecimento na resolução de problemas, construção de novos significados e estruturas cognitivas e revisão de modelos mentais. Há autores como Piaget que afirmam que a aprendizagem depende do conhecimento prévio das pessoas e por isso a nova ciência deu grande importância ao entendimento, ao focar sua atenção nos processos do conhecimento.

No processo de aprendizagem eis a importância que o professor precisa dar a respeito do conhecimento que o aluno traz pra escola, pois podem ser entendimentos incompletos, crenças falsas e interpretações ingênuas os assuntos. É necessário conhecer essas idéias e partir delas ajudar os alunos a atingirem uma compreensão mais madura. Contudo, tal tarefa não é fácil de ser efetivada, devido salas de aula super lotadas nas escolas publicas brasileiras e infinitas turmas que um professor precisa ter para melhorar o seu salário.

Várias atividades de leitura e escrita contribuem para aprendizagem dos alunos. E além delas metodologia do ensino, em cada uma dessas fases, é bem eficiente na garantia e compreensão dos alunos sobre determinado objeto de conhecimento.

Além dos fatores acima mencionado a aprendizagem precisa de tempo. Diante das mudanças que a sociedade passa com alta tecnologia e um mercado cada vez mais as crianças e jovens precisam ser preparados para enfrentarem os desafios desta sociedade globalizada. Assim as escolas organizam seus currículos incluindo inúmeros conteúdos a serem ensinados. Aumentaram-se os conteúdos, porém o tempo foi não. É fundamental a importância do tempo para o desenvolvimento destes conteúdos para que estes auxiliem na construção do conhecimento do aluno e que não seja apenas repassado.

A educação integral respeita a aprendizagem e seu tempo tem como ideia à formação mais completa possível para o ser humano. E esta vem sendo destacada pelo PME. Em sua essência o PDE procurou englobar todos os problemas presentes na educação e oportunizou através de diferentes projetos, a superação dos problemas Gadotti (2008) ressalta que o PDE tem grandes possibilidades pra dar certo, pois seu principal foco é a qualidade da aprendizagem.

Em 2008 o PME chegou até a rede pública de ensino estadual no estado do Pará. A escola estadual para ter o programa precisa preencher e enviar a Secretaria de Educação Estadual o termo de adesão e compromisso e o posteriormente preencher no Sistema Integrado do Ministério da Educação (SIMEC). A outra fase a ser realizada é a organização da seleção dos monitores que tenham o perfil para atividades selecionadas pela escola, como: desenvolvimento de atividades de aprendizagem, culturais e artísticas, esportivas e de lazer, de direitos humanos, de meio ambiente, de inclusão digital e de saúde e sexualidade, todas voltadas à educação integral. Após isso o recurso é definido Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O PME se desenvolverá na escola através de áreas sociais, culturais e esportivas denominadas macrocampos. Estes são escolhidos pela direção da escola para funcionarem no contraturno. Segundo o *Texto Referência para o debate nacional* da Série Mais Educação lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008 são os macrocampos:

1. acompanhamento pedagógico
2. meio ambiente

3. esporte e lazer
4. direitos humanos em educação
5. cultura e artes
6. inclusão digital
7. prevenção e promoção da saúde
8. comunicação e o uso das mídias
9. educação científica
10. educação econômica e cidadania

Para Matos (2011) a educação integral do PME se efetivará através de uma proteção integral. Segundo Matos (2011, p.42) apud Pinheiro 2009:

(...) o documento associa a proteção integral, disposta no art.3º do ECA, à educação e à proteção social (na forma do desenvolvimento integral do educando) como fios condutores das ações socioeducativas realizadas no turno alternado ao escolar.(...) De acordo com esse paradigma, para pensar sobre o desenvolvimento integral do aluno que vive em situação de risco social é imprescindível oferecer oportunidades de retirada desse indivíduo de sua condição de vulnerabilidade. Nesse sentido, o fomento às atividades socioeducativas caracteriza-se como uma das formas de alcance desse objetivo (p. 83, grifos)

É pensando nesta situação de risco social que o público alvo do PME é uma pequena parcela de alunos: apenas os considerados em situação de risco, e, além disso, que possuam problemas de aprendizagem e defasagem de idade. Isso apenas reforça a idéia que o programa não é visto como um direito de todos os alunos. Contudo cada escola implementa o programa de acordo com sua realidade. As turmas deverão ser formadas com no mínimo 20 alunos e no máximo 30 alunos, podendo haver sempre que possível a mescla de alunos de diferentes idades e séries.

As atividades do PME serão desenvolvidas por monitores que são estudantes universitários com formação específica nas áreas de desenvolvimento, educadores populares e agentes culturais.

Portanto resolvemos verificar como o programa se desenvolve na prática, assim foi escolhida para nosso estudo in locus a escola EEEFM Teodora Bentes localizada na Rua Padre Júlio Maria nº1090 no Distrito de Icoaraci em Belém foi fundada no dia 28 de maio de 1968 e há quase 44 anos

contribui com a educação pública paraense e foi a primeira escola a implantar o PME em 2008 neste distrito sob a coordenação da Prof^a Jane Katia que coordena até os dias de hoje.

Atualmente o PME da escola tem como macrocampos o Letramento, a Matemática, Dança, Teatro, Banda de Fanfarras e atende quatrocentos alunos. Iniciamos na escola observando o desenvolvimento do programa bem como algumas dificuldades enfrentadas como a questão do espaço físico e infraestrutura que nossas escolas públicas possuem de modo precário o que dificulta o desenvolvimento deste programa na escola bem como na montagem do horário de funcionamento do programa, pois dependem dos espaços para serem desenvolvidos.

Nosso estudo está na fase de aplicação da entrevista que são compostas pelos seguintes questionamentos

- Como é estruturado e organizado o PME na escola?
- O PME se articula com o Projeto Político Pedagógico e atividades pedagógicas da escola?
- A comunidade escolar e comunidade local participam do PME?
De que maneira?

3 – Fases da pesquisa

Para a realização deste estudo alguns caminhos terão que ser seguidos, eis então a necessidade da metodologia que é o caminho do pensamento. Segundo Minayo (2002, p.16) apud Lênin (1965, p.148) “o método é alma da teoria”.

Temos ciência que procedimentos metodológicos de qualquer pesquisa é árduo, porém extremamente necessário). O como instrumento de coleta de dados a entrevista semi estruturada aplicados ao diretor, coordenador do programa e especialista em educação da escola de EEEFM Teodora Bentes procurando responder os objetivos específicos de nossa pesquisa.

Assim a pesquisa se encontra na fase do levantamento bibliográfico e documental. Na pesquisa bibliográfica estamos estudando as obras de Karl Marx que elucidaram sobre o materialismo histórico dialético e Antonio Gramsci, para entender a função do Estado e Jaqueline Moll para subsidiar sobre a educação integral.

Entendendo que o PME retoma a questão da educação integral e tem como o lócus de sua execução a escola pública, instituição que possui na sua essência as relações de poder e autoridade, tão logo sujeita a um infinito e concreto jogo de interesses pessoais, características que podem de modo objetivo ou subjetivo, implicar na efetividade ou não de programas e projetos de um governo que utilizamos o enfoque do materialismo histórico-dialético.

Nossa escolha por este enfoque se apóia na concepção dinâmica da realidade e nas relações dialéticas entre o sujeito e o objeto, entre teoria e prática, se dá materialidade histórica da vida do homem em sociedade. E, além disso, além deste enfoque ter um forte teor crítico é seu intuito desvendar mais que o conflito das interpretações, mas também o conflito dos interesses manifestados de modo transformador. Procura a interrelação do todo com as partes e vice-versa e dos elementos que compõe a estrutura econômica com os das superestruturas social, política, jurídica e intelectual, nos parece ser o mais adequado no percurso de uma investigação desta natureza.

Para dar conta desta investigação acadêmica faremos ainda uma pesquisa bibliográfica, uma revisão da literatura existente sobre a educação integral nas produções do meio acadêmico e entre autores que tratam da temática, ou seja, depreender como a produção acadêmica brasileira vem abordando tal temática. O corpus dessa análise irá abranger livros, artigos, periódicos deste período acima mencionado. Contudo temos ciência que este tipo de análise por mais minucioso que seja pode acabar generalizando a temática a ser tratada. Segundo Lakatos e Marconi (1999, p. 73) apud Monzo (1971: 32), “a bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas idéias onde os problemas não se atualizaram totalmente.” Isso nos dará suporte teórico que é essencial para a condução e validade deste estudo.

Para ter acesso às informações que norteias as políticas públicas educacionais da educação integral bem como o PME buscaremos estudar os seguintes documentos: o Plano de Desenvolvimento da Educação PDE/MEC; Decreto Nº 6.094, de 24 abril de 1997 (Plano de Metas Compromissos todos pela Educação); Portaria Interministerial 17/2007 e o Decreto Presidencial 7083-2010 que institui legalmente o Programa Mais Educação e o integra ao

PDE/MEC; documentos da escola como o planejamento do Programa Mais Educação na escola EEEFM Teodora Bentes; o projeto político pedagógico da escola EEEFM Teodora Bentes; relatórios e planos de trabalhos dos monitores que pertencem ao Programa Mais Educação da escola EEEFM Teodora Bentes; atas de reuniões da escola EEEFM Teodora Bentes; planilhas financeiras, prestações de contas; dados do aproveitamento escolar dos alunos envolvidos no programa Mais Educação. Estes documentos e outros que poderão surgir no decorrer do estudo poderão responder os nossos objetivos específicos desta pesquisa.

Aproximações Conclusivas

A aprendizagem do aluno não constitui como fator relevante da escola, devido às próprias políticas públicas na área social do Brasil, que estão alicerçadas atualmente em princípios da política neoliberal. Os critérios e finalidades, no campo educacional, são gerados pelo mundo empresarial como adaptabilidade e ajuste do mercado competitivo, produtividade, rentabilidade, mensurabilidade e outros. Privilegiam-se assim, o foco na produção para atender o mercado e não na pessoa humana, como deve ser a prática de um processo formativo.

A escola possui uma função social e um compromisso com a sociedade, principalmente com essa nova sociedade emergente que é a sociedade do conhecimento, onde o valor do conhecimento e da informação é de enorme importância, sendo articulados ao dia-a-dia dos seus usuários, pois a informação se torna relevante no nosso atual mercado competitivo. É válido lembrar que na sociedade do conhecimento, não basta ter apenas a informação, tem que articulá-la com a realidade.

Diante desta realidade o papel da escola precisou ser redefinido, não podendo ser mais vista somente como uma mera transmissora de conhecimentos sistematizados às futuras gerações como se pensou de início e assim determinado pela sociedade. Este tipo de visão empobrece e oculta a real função da escola, que deve ser o compromisso com a cidadania, onde o indivíduo construa conhecimentos e não seja apenas um mero receptor que

não contextualiza aquilo que está sendo ensinado. Será aquele sujeito reflexivo e crítico a respeito de seus direitos

Junto com esta situação mencionada, temos o descaso visível por parte do Estado em relação ao ensino público e a gestão democrática, a presença da comunidade local é de grande relevância para a efetivação da democratização na escola. Entendemos que o Programa Mais Educação, por promover atividades esportivas e culturais para que crianças e jovens passem maior tempo dentro da escola (educação integral), possa contribuir para a construção de uma aprendizagem de qualidade e para a formação mais completa possível para o ser humano, contudo as escolas precisam ter melhores infraestruturas para o desenvolvimento das atividades desse programa.

Esse tipo de educação ganha mais proporção a nível municipal que ampliam essa compreensão, não restringindo a integralidade apenas ao fator temporal, mas à expansão dos espaços, diversidade de agentes educativos e objetos de conhecimento. Portanto, o compromisso em torno da qualidade da educação pública requer uma concepção de educação ampliada, extrapolando-a das redes de ensino.

Temos ciência que esta educação integral necessita além de compromissos principalmente de um projeto pedagógico, formação de profissionais que atuarão nesta área, melhor infraestrutura o que deverá contribuir para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem

Por entendermos que essa temática do PME, ainda é pouco explorado e pesquisado a nível regional, consideramos que se trata de uma temática relevante e pertinente, pois revela a necessidade de um estudo mais profundo no sentido de compreender de que forma este programa está chegando ao chão da escola pública escolar como está sendo implantado e se dando a sua gestão pedagógica, assim procurando construir conhecimento científico a respeito da temática educação integral e sobre este programa do governo federal contribuindo para a academia e interessados pela temática.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli, LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. SILVA, Jackson Ronie Sá. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acessado em 13 de setembro de 2011

BARROSO, J. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. In: Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, especial – out. 2005.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Papirus, 2000.

BRANCO, Veronica. **O desafio da construção da educação integral: formação continuada de professores alfabetizadores do município de Porecatu – Paraná**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná em 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil-03/leis/L9394.htm> Acesso em: 22/08/06

_____. **Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas**. – 1. ed. – Brasília : Ministério da Educação, 2009.

_____. **Texto Referência para o debate nacional**. Série Mais Educação. Educação Integral. Brasília, DF, MEC, 2008.

_____. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Série Mais Educação. Educação Integral - Brasília: MEC, Secad, 2009. 52 p.: il.

CURY, Jamil. **Impacto sobre as dimensões de acesso e qualidade. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**/ Mariangela Graciano (coordenadora)- São Paulo: Ação Educativa, 2007. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ecurriculum>>. Acessado em 22 de agosto de 2010.

DOURADO, Luiz Fernando. PARO, Vitor Henrique (org.). **Políticas públicas e Educação Básica**. São Paulo. Ed. Xamã, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. Metodologia da Pesquisa Educacional-2ed São Paulo: Cortez. 1991.

GADOTTI, Moacir. **Convocados, uma vez mais: ruptura continuidade e desafios do PDE**. São Paulo Instituto Paulo Freire, 2008.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. (orgs). **Escola S.A quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE. 1996.

GOUVEIA, Maria Julia Azevedo. **Educação integral e intersectorialidade**. Salto para o Futuro. Ano XIX – Nº 13 – Outubro/2009.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. In: **Lakatos EM, Marconi MA. Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo (SP): Atlas; 1991.

_____. **Técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4ª edição São Paulo, 1999.

LIBANEO, Carlos. **A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 113-147, 2004. Editora UFPR
Disponível em:
ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/download/2211/1854

MATOS. Sheila Cristina Monteiro. **O Programa Mais Educação do governo federal e sua versão em Duque de Caxias: o Programa Mais Escola**. Revista espaço acadêmico nº116 janeiro de 2011. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MARCONI, Mariana de Andrade. **Técnicas de Pesquisas: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4ª Ed. SP: Atlas 1991

MARX, Karl. **O capital**. Disponível em: www.marxists.org/portugues/marx1867/ocapital Acessado em 11 de setembro de 2011

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria e criatividade**. 23 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

MOLL, Jaqueline. **Conceitos e pressupostos o que podemos dizer quando falamos de educação integral?** Salto para o futuro Educação integral. Ano XVIII boletim 13 - Agosto de 2008

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação integral e integrada: ampliação de tempos e espaços educativos**.

NETO, Antonio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; LIMA, Rosangela Novaes. **Política Pública de Educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

PARO, Vitor Henrique...(et al.). **Educação de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

SANTOS, T.F.A.M. **Conversas impenitentes sobre a gestão na educação**. Belém: Editora da UFPA, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: Primeiras aproximações**. São Paulo: Autores Associados, 1994.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do Projeto do MEC**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n100- Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

_____. **PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas São Paulo: Autores Associados, 2009.